

TERRITÓRIOS DE AXÉ E RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DO ENCONTRO CULTURAL DE MATRIZES AFRICANAS EM ALFENAS-MG SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA CULTURAL

AXÉ AND RESISTANT TERRITORIES: AN ANALYSIS OF THE AFRICAN-MATRIX CULTURAL ENCOUNTER IN ALFENAS-MG FROM THE PERSPECTIVE OF CULTURAL GEOGRAPHY

TERRITORIOS DE AXÉ Y RESISTENCIA: UN ANÁLISIS DEL ENCUENTRO CULTURAL DE MATRICES AFRICANAS EN ALFENAS-MG DESDE LA PERSPECTIVA DE LA GEOGRAFÍA CULTURAL

João Paulo da Silva Tiburcio – joao.tiburcio@sou.unifal-mg.edu.br
Graduando em Geografias da Universidade Federal de Alfenas - MG
Orcid : <https://orcid.org/0009-0001-6745-976X>

Resumo

O presente artigo analisa as manifestações de matriz africana em Alfenas, Minas Gerais, sob a ótica da Geografia da Religião, investigando como o sagrado influencia a organização espacial e a constituição de territórios simbólicos fora dos templos tradicionais. Pautando-se nos pressupostos teóricos da Geografia Humanista Cultural e nos conceitos de espaço sagrado de Zeny Rosendahl, o trabalho examina o Encontro Cultural de Matrizes Africanas de Alfenas como um instrumento de patrimonialização viva, memória e resistência frente ao avanço do racismo religioso e do conservadorismo institucional. A metodologia consistiu em revisão bibliográfica, análise documental de episódios recentes de intolerância mediados por Inteligência Artificial (IA) e discursos políticos no município, além de um levantamento qualitativo de dados empíricos por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a integrantes de terreiros locais. Os resultados revelam que, embora o Encontro Cultural funcione como um quilombo urbano temporário essencial para o fortalecimento da identidade e do pertencimento afro-brasileiro, a concessão de uma única data anual por parte do poder público e a invisibilização de práticas fundamentais, como a Marcha com Exu configuram mecanismos de segregação institucional. Conclui-se que a salvaguarda

efetiva do patrimônio imaterial exige a superação de políticas de mera tolerância temporária, demandando ações governamentais permanentes de proteção, fiscalização e educação para assegurar o direito irrestrito à cidade e à liberdade de culto.

Palavras-chave: Encontro Cultural, Festividade, Intolerância Religiosa, Alfenas - MG, Terreiro.

Abstract

This article analyzes the manifestations of African matrix in Alfenas, Minas Gerais, from the perspective of the Geography of Religion, investigating how the sacred influences spatial organization and the constitution of symbolic territories outside traditional temples. Drawing on the theoretical assumptions of Cultural Humanistic Geography and Zeny Rosendahl's concepts of sacred space, this study examines the Cultural Encounter of African Matrices of Alfenas as an instrument of living heritage, memory, and resistance against the advance of religious racism and institutional conservatism. The methodology consisted of a literature review, documentary analysis of recent episodes of intolerance mediated by Artificial Intelligence (AI) and political speeches in the municipality, as well as a qualitative survey of empirical data through semi-structured interviews applied to members of local terreiros. The results reveal that, although the Cultural Encounter functions as a temporary urban quilombo essential for strengthening Afro-Brazilian identity and belonging, the concession of a single annual date by the public power and the invisibilization of fundamental practices such as the March for Exu constitute mechanisms of institutional segregation. It is concluded that the effective safeguarding of intangible heritage requires overcoming policies of mere temporary tolerance, demanding permanent government actions of protection, inspection, and education to ensure the unrestricted right to the city and freedom of worship.

Key words: Cultural Encounter. Festivity. Religious Intolerance. Alfenas - MG., Terreiro.

Resumen

El presente artículo analiza las manifestaciones de matriz africana en Alfenas, Minas Gerais, desde la perspectiva de la Geografía de la Religión, investigando cómo lo sagrado influye en la organización espacial y en la constitución de territorios simbólicos fuera de los templos tradicionales. Basándose en los supuestos teóricos de la Geografía Humanista Cultural y en los conceptos de espacio sagrado de Zeny Rosendahl, el trabajo examina el *Encontro Cultural de Matrizes Africanas* de Alfenas como un instrumento de patrimonialización viva, memoria y resistencia frente al avance del racismo religioso y del conservadurismo institucional. La metodología consistió en una revisión bibliográfica, análisis documental de episodios recientes de intolerancia mediados por Inteligencia Artificial (IA) y discursos políticos en el municipio, además de un levantamiento cualitativo de datos empíricos a través de entrevistas semiestructuradas aplicadas a integrantes de *terreiros* locales. Los resultados revelan que, aunque el *Encontro Cultural* funcione como un quilombo urbano temporal esencial para el fortalecimiento de la identidad y del sentido de pertenencia afrobrasileño, la concesión de una única fecha anual por parte del poder público y la invisibilización de prácticas fundamentales, como la *Marcha com Exu*, configuran mecanismos de segregación institucional. Se concluye que la salvaguardia efectiva del patrimonio inmaterial exige la superación de políticas de mera tolerancia temporal, demandando acciones gubernamentales permanentes de protección, fiscalización y educación para asegurar el derecho irrestricto a la ciudad y a la libertad de culto.

Palavras-chave: Tertulia cultural, festividades, intolerancia religiosa, Alfenas - MG, Terreiro (templo de Candomblé).

Recebido em: 15/06/2026
Aceito para publicação: 22/06/2026
Publicado: 16/08/2026

Introdução

A organização do espaço geográfico não se limita às dinâmicas econômicas e de infraestrutura material; ela é profundamente moldada pelas práticas culturais e pelas dimensões simbólicas que regem as sociedades humanas. Nesse horizonte, a Geografia da Religião consolida-se como um campo essencial da Geografia Humanista Cultural, dedicando-se a compreender de que maneira a experiência do sagrado e a espiritualidade dão significado aos lugares, convertendo espaços profanos em territórios imbuídos de valor axiológico e afetivo. Como preconiza Rosendahl (2010), o fenômeno religioso opera como um eixo central na apropriação e diferenciação de segmentos do espaço contemporâneo.

Historicamente negligenciada pelas correntes clássicas do pensamento geográfico, visto que o positivismo rejeitava dimensões metafísicas inviáveis de comprovação empírico-sensorial e a Geografia Crítica priorizava a base material e as relações de produção, a dimensão espiritual do espaço ganhou relevo científico a partir da virada cultural da disciplina. Sob esse novo enfoque, a análise do espaço vivido passa a abranger os locais de culto que extrapolam as barreiras arquitetônicas dos templos tradicionais. No caso das religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, essa dinâmica territorial assume contornos singulares, pois os ambientes da natureza, tais como matas, cachoeiras, pedreiras e cemitérios configuram-se como os verdadeiros santuários de manifestação e assentamento das divindades e ancestrais.

No entanto, a fixação e a vivência dessas territorialidades sagradas no Brasil enfrentam sérias barreiras decorrentes do racismo estrutural e da escalada do racismo religioso (Rufino e Miranda, 2019). Na contemporaneidade, esse cenário de opressão é potencializado pelo avanço do conservadorismo e pela expansão de discursos de ódio alimentados pela chamada "teologia da batalha espiritual", que demoniza elementos das cosmologias afro-brasileiras, em especial a figura de Exu. Na cidade de Alfenas, localizada no Sul de Minas Gerais, esse panorama manifestou-se de forma explícita em janeiro de 2026, por meio da difusão digital de falsas imagens geradas por Inteligência Artificial associando oferendas rituais à igreja matriz católica, o que desencadeou ondas de violência



discursiva e preconceito nas redes sociais, agravadas por declarações excludentes no âmbito político institucional local.

Diante desse contexto de violência simbólica e territorial, os povos de terreiro de Alfenas utilizam o espaço público como trincheira de preservação identitária. O principal reflexo dessa articulação é o Encontro Cultural de Matrizes Africanas em Alfenas, festividade anual que congrega manifestações como o Candomblé, a Umbanda, a Kimbando, as Congadas e a Capoeira. Diante disso, este artigo adota como objetivo geral analisar o Encontro Cultural sob a perspectiva da Geografia da Religião, investigando seu papel como instrumento de memória, resistência política e patrimonialização viva. Para tanto, busca-se compreender, por meio de dados bibliográficos e de entrevistas empíricas realizadas com lideranças de terreiro do município, como a territorialidade temporária no espaço urbano contrapõe-se ao silenciamento institucional e às práticas cotidianas de segregação e intolerância religiosa na região.

Desenvolvimento

Este trabalho delinea-se por meio de uma abordagem qualitativa, estruturada em duas etapas complementares: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Inicialmente, realizou-se um levantamento e leitura crítica de textos, artigos científicos e obras consagradas da literatura sociológica, antropológica e geográfica voltadas às religiões de matriz afro-brasileira. Essa fundamentação teórica foi indispensável para compreender a historicidade, a territorialidade e as dinâmicas de resistência cultural da Umbanda e do Candomblé no cenário nacional.

Na segunda etapa, de caráter empírico, foi realizada uma pesquisa de campo fundamentada na aplicação de entrevistas semiestruturadas com praticantes dessas comunidades religiosas. Essa etapa foi realizada durante o Encontro, nos dias 17 de maio de 2026, e via forms durante o mês de abril e maio, foram feitas 6 entrevistas com pai e mãe de santo, filhos de santo e congadeiros

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados.

Entrevistados	idade	Gênero	Função	Religião/ movimento
1	33	Masculino	Pai de santo	Umbanda
2	33	Masculino	Filho de Santo	Umbanda
3	46	Feminino	Mãe de Santo	Candomblé
4	24	Masculino	Filho de santo	Kimbanda
5	Não respondeu	Feminino	Filha de santo	Candomblé
6	Não respondeu	Masculino	Músico	Congada

entrevistas buscaram capturar a vivência subjetiva, a percepção dos sujeitos e as memórias coletivas que preservam a ancestralidade dentro dos terreiros. O cruzamento dos dados obtidos nos relatos orais com o referencial teórico bibliográfico permitiu uma análise integrada e profunda do fenômeno estudado, garantindo o rigor acadêmico e a valorização das vozes dos colaboradores.

A perspectiva geográfica da religião e dos conflitos

A Geografia da Religião busca compreender de que maneira as práticas religiosas influenciam a organização do espaço e a construção de territórios simbólicos. Nesse contexto, a relação entre religião, cultura e natureza torna-se fundamental para entender como determinados grupos transformam espaços comuns em lugares sagrados. De acordo com Zeny Rosendahl (2010), “A religião é um tema central na sociedade contemporânea, sendo estudada de diferentes formas. Sua pluralidade temática pode ser examinada no contexto geográfico a partir da apropriação de determinados segmentos do espaço.” Durante muito tempo, a religião recebeu pouca atenção na Geografia devido às correntes ideológicas que influenciaram essa ciência. O positivismo, por exemplo, considerava que apenas aquilo que pode ser comprovado pelos sentidos poderia ser estudado cientificamente, deixando de lado as questões religiosas por serem metafísicas. Já a Geografia Crítica, baseada no materialismo, também acabou marginalizando os estudos sobre religião. Somente com a Geografia Humanista Cultural passou-se a valorizar a experiência vivida, a subjetividade e os

significados culturais, permitindo que o fenômeno religioso fosse analisado dentro do pensamento geográfico (Góis, 2013).

A Geografia da Religião estuda a relação entre o ser humano, o espaço vivido e sua dimensão espiritual. Em vez de focar nas instituições religiosas, ela procura compreender como o sagrado dá significado aos lugares e influencia a vida das pessoas que convivem nesses espaços. Essa perspectiva entende que o espaço religioso é construído pela experiência, pela cultura e pelos símbolos compartilhados pelos grupos sociais. Sendo assim, este trabalho, que estuda o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) analisa os espaços vividos pelos umbandistas e candomblecistas foras dos templos religiosos, como as matas, encruzilhadas, cemitérios, cachoeiras, pedreiras e outros.

Intolerância Religiosa

Em janeiro de 2026, portais midiáticos e páginas da internet da cidade de Alfenas no Sul de Minas Gerais divulgaram nas redes sociais uma imagem gerada por Inteligência Artificial (IA) de uma suposta oferenda destinada às entidades que se denominam Exu na calçada da igreja católica matriz da cidade, que por sua vez levou a grandes discursos de ódio nas publicações e comentários na própria publicação (figura 1).



Figura 1 - Imagem produzida por IA, sobre elementos de matriz africana na Igreja de Alfenas

Fonte: Diário Independente

<https://www.facebook.com/share/p/1LmakVxhdM/?mibextid=wwXIfr>

Com o avanço do conservadorismo e da neopentecostalização do Brasil, cada vez mais os discursos de ódio a minorias sociais e a religiões e práticas não cristã vem sendo alvo de repressão, que por sua vez são consideradas atos mudamos, heresias e “coisas” do Diabo, o crescimento da chamada teologia da batalha espiritual nas últimas décadas, acompanhando a expansão do movimento evangélico no Brasil, que passou a ter forte influência midiática e política. Esse processo também está relacionado ao aumento de casos de intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, especialmente por parte de grupos neopentecostais. O bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, contribuiu para a associação de elementos dessas religiões com o demônio, atribuindo caráter negativo a entidades como “exu” e “pomba-gira”. Com isso, práticas religiosas de matriz africana passaram a ser vistas como malignas e alvo de rejeição e ataques por parte desses grupos (Lui, 2007).

Na mesma semana desta publicação, uma vereadora da cidade, ao participar de uma manifestação partidária ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em um de seus discursos, declarou em seguintes falas.

“O Brasil é um país de povo branco e cristão”

Essa declaração mais uma vez gerou grandes controvérsias nas redes sociais, sendo possível analisa-las no perfil do Instagram “Diário Independente” com comentários de apoio, alegando que foi tirado de contexto, e com a indignação da população negra e afro-religiosa, levando a manifestações e pedido de cassação, essa fala é preconceito, é ignorância, é violência racial e religiosa, revelando uma visão de mundo baseada na hierarquização de pessoas, voltando no tempo onde o Estado não era laico, e a fé, católica. A repressão às religiões de matriz africana no Brasil começou ainda no período escravocrata, quando o país era fortemente influenciado pela Igreja Católica e outras práticas religiosas eram vistas como ilegais ou proibidas. Nesse contexto, os africanos escravizados eram tratados como propriedade e considerados incapazes de ter crenças próprias. Durante o período colonial, muitos eram batizados à força ao chegarem ao Brasil ou ainda nos portos de saída na África, além de sofrerem marcas físicas que simbolizavam sua conversão ao cristianismo e sua condição de escravizados. (Fernandes, 2017 e Silveira, 2006).

Como resposta imediata a esse cenário de escalada da intolerância e às ofensas proferidas no ambiente político institucional, os povos de terreiro de Alfenas tensionaram o espaço público por meio da mobilização e da ocupação de locais simbólicos da cidade. O povo de santo ocupou a Câmara Municipal de Vereadores e promoveu atos de manifestação na área da antiga rodoviária, transformando esses pontos de fluxo urbano em palcos de resistência, onde, mesmo sob o peso do preconceito latente, exigiram o cumprimento de direitos, o respeito à laicidade e políticas de proteção às suas práticas litúrgicas. Todavia, apesar da relevância da mobilização e do clamor por justiça e reparação, a resposta das autoridades locais perpetuou uma barreira institucional de silenciamento, resultando em uma total inércia onde, na prática, nada de concreto foi feito para assegurar a salvaguarda dessas comunidades.



Figura 2 - Manifestação na Câmara dos vereadores na cidade de Alfenas-Mg

Fonte: Acervo pessoal

Ao entrevistar os religiosos de matrizes africanas, obtive duas repostas dos entrevistados que participaram das manifestações e que foram alvos da intolerância religiosa, que trouxeram ideias que nos ajudam a pensar em movimentos e melhorias para o povo de terreiro:

“Um grande mapeamento sobre cada terreiro, abrindo um espaço para fazer certificações e também para informarmos sobre a intolerância religiosa e assim recebermos respaldo. Ano passado sofremos uma intolerância religiosa, e todo respaldo foi feito pelo poder privado, infelizmente alfenas ainda não está preparado para lidar com nosso povo.”

“Poderia ter uma delegacia especial que tratasse de casos de intolerância religiosa pois tivemos vários casos de discriminação a ataques a religião onde foram feitos todos os processos de boletim ocorrência, representação etc. e não foi feito nada em relação fica um descaso.”

Uma breve história do Candomblé

O Candomblé é uma das mais expressivas religiões de matriz africana, cuja essência se baseia na adoração aos Orixás, Voduns ou Inkices, a depender da nação à qual o terreiro pertence (Ketu, Jeje ou Angola). Diferente de religiões fundamentadas em livros sagrados, o Candomblé se estrutura a partir da tradição oral e da experiência comunitária. Como conceitua o antropólogo Reginaldo Prandi em sua célebre obra *Mitologia dos Orixás* (2001), o Candomblé não é uma transposição direta e idêntica das religiões africanas para o solo americano, mas sim uma "religião reconstruída", criada no Brasil por meio da colagem e ressignificação de diversos cultos regionais que se fragmentaram durante o tráfico negreiro.

A religião está intimamente ligada ao violento processo de escravidão transatlântica colonial. Entre os séculos XVI e XIX, milhões de africanos foram trazidos ao Brasil de forma forçada, carregando consigo cosmologias complexas, conhecimentos botânicos, ritmos e divindades. No entanto, os colonizadores impunham o batismo católico e proibiam qualquer manifestação religiosa que não fosse a cristã. O sociólogo Roger Bastide, no livro clássico *As Religiões Afro-Brasileiras* (1960), explica que, para preservar seus deuses, os escravizados operaram um sincretismo tático, associando seus Orixás a santos católicos baseando-se em afinidades de arquétipos, o que mascarava temporariamente as cerimônias ancestrais sob o manto da fé europeia.

Ao longo do século XX, o Candomblé paulatinamente rompeu as barreiras do preconceito geográfico e social, expandindo-se do Nordeste para os grandes centros urbanos do Sudeste e Sul do Brasil, exercendo profunda influência na música, na culinária e no idioma nacional. Em sua análise sobre a dinâmica contemporânea das religiões mediúnicas, Reginaldo Prandi (2001) conclui que o Candomblé transformou a dor do exílio forçado em uma das mais ricas heranças civilizatórias das Américas, convertendo os antigos terreiros, outrora



marginalizados, em verdadeiros palácios de preservação da memória e dignidade da identidade negra brasileira.

Uma breve história da Umbanda

A história da Umbanda reflete a própria construção da identidade cultural e religiosa do Brasil, unindo raízes profundas em um território de intensa sinergia social. Considerada uma das poucas religiões genuinamente brasileiras, ela nasceu da fusão de elementos do Catolicismo, do Espiritismo Kardecista, do Xamanismo Indígena e das religiões de matriz africana, como o Candomblé e o culto aos Orixás. Conforme aponta o sociólogo Renato Ortiz em sua obra clássica *A morte branca do feiticeiro negro* (1999), a Umbanda se estruturou no início do século XX como uma resposta e uma adaptação religiosa às profundas transformações urbanas, migratórias e sociais pelas quais o Brasil passava no período pós-abolição e início da República.

Para compreender como a Umbanda se formou no Brasil, é preciso olhar para o cenário do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o século XX. Com a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, a então capital federal recebeu uma enorme massa de ex-escravizados e migrantes que traziam consigo os cultos ancestrais africanos, como as macumbas cariocas, o omolocô e o calundu. Ao mesmo tempo, as classes médias e elites urbanas absorviam o Espiritismo codificado por Allan Kardec na França. Havia, portanto, um caldeirão cultural latente: de um lado, manifestações de matriz africana fortemente marginalizadas e perseguidas pelo Estado; de outro, um espiritismo elitizado que rejeitava manifestações populares. A Umbanda surge justamente no entroncamento dessas realidades, operando uma síntese que permitiu a sobrevivência e a circulação desses saberes em um novo formato institucional.

O marco inicial e oficial da religião, aceito pela maioria dos adeptos e pesquisadores, ocorreu no dia 15 de novembro de 1908, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Naquela data, o jovem Zélio Fernandino de Moraes, durante uma sessão na Federação Espírita de Niterói, incorporou uma entidade que se identificou como o Caboclo das Sete Encruzilhadas. Ao testemunhar a rejeição dos dirigentes da mesa aos espíritos que se apresentavam como indígenas (caboclos) e negros escravizados (pretos velhos) considerados "atrasados" e intelectualmente inferiores pela ótica kardecista racista da época, a entidade anunciou a fundação

de um novo culto baseado na igualdade, na evolução espiritual e na caridade pura. O pesquisador e teólogo Alexandre Cumino, no livro *História da Umbanda: uma religião brasileira* (2010), destaca o impacto desse momento fundador ao citar as palavras atribuídas ao Caboclo: "Se julgam atrasados os espíritos de pretos e índios, devo dizer que amanhã estarei na casa deste aparelho para iniciar um culto em que esses pretos e índios possam dar a sua mensagem".

A partir desse episódio e da criação da Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, a Umbanda organizou seu panteão de trabalhadores espirituais de forma inclusiva e profundamente representativa da história e da demografia nacional. Divididas em linhas ou falanges, as entidades manifestam-se por meio de arquétipos populares, como os Caboclos (guerreiros ancestrais da terra), os Pretos Velhos (sábios idosos que sofreram o cativeiro) e os Baianos, Boiadeiros, Marinheiros, Ciganos, Erês, Exus e Pombagiras. No livro *Iniciação à Umbanda* (1986), o historiador Diamantino Fernandes Trindade resgata o diálogo central estabelecido naquele primeiro dia, onde a entidade reforça sua origem humilde e sua missão de cura física e espiritual: "Se quer saber o meu nome, que seja este: Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminhos fechados para mim (...). Venho trazer a Umbanda, uma religião que harmonizará as famílias e há de perdurar até o final dos séculos".

Apesar de sua mensagem de paz, a consolidação da Umbanda nas décadas de 1920 a 1940 foi marcada por forte perseguição policial e preconceito social, herdados do racismo estrutural contra as práticas de origem negra. Para sobreviver e buscar legitimidade legal face ao Código Penal de 1890, que criminalizava o "curandeirismo", o "espiritismo" e a "magia", as lideranças umbandistas de classe média e os chefes de terreiros suburbanos uniram forças. Organizaram o Primeiro Congresso Brasileiro de Umbanda em 1941 e criaram federações para unificar o culto, buscando afastar a imagem da religião dos estereótipos pejorativos lançados pela imprensa da época. A antropóloga Diana Brown, em seu influente estudo *Uma história da umbanda no Rio* (1985), qualifica o relato de Zélio como um "mito de fundação" centralizado pela classe média urbana para formatar e institucionalizar a religião no espaço público carioca, criando estratégias de proteção legal que permitiram a posterior expansão dos terreiros pela malha urbana nacional.



Atualmente, a Umbanda é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial e se espalhou por todas as regiões do Brasil e até por outros países, ramificando-se em vertentes como a Umbanda Sagrada, a Umbanda Omolocô e a Umbanda Esotérica. Essa multiplicidade evidencia que, longe de ser um bloco estático, a religião mantém-se dinâmica e adaptável às transformações contemporâneas. Em uma análise sobre as práticas rituais, o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, na coletânea Caminhos da alma: memória afro-brasileira (2002), resume a essência do papel social da Umbanda na sociedade ao afirmar que ela funciona como "um panteão de entidades que reúnem o índio, o negro e o branco num mesmo espaço ritual", operando como o verdadeiro e vivo espelho da formação simbólica, histórica e sincrética do povo brasileiro.

Memória e Resistência: O Encontro Cultural de Matrizes Africanas em Alfenas

A análise das manifestações religiosas e culturais sob a ótica espacial encontra respaldo teórico na Geografia da Região, ou Geografia da Religião, uma subárea da Geografia Cultural dedicada a interpretar como o fenômeno e a dimensão espiritual moldam as paisagens, ressignificam os territórios e estabelece vínculos profundos de pertencimento humano. Segundo as formulações de Zeny Rosendahl, o espaço religioso transcende a materialidade física, configurando-se como um repositório de símbolos, rituais e valores afetivos que são indispensáveis para a reprodução da vida social e da identidade coletiva das comunidades. No Sul de Minas Gerais, a herança da população negra desempenhou um papel estruturante na formação étnico-racial, cultural e territorial dos municípios, encontrando em Alfenas uma expressão viva e anual por meio do Encontro Cultural de Matrizes Africanas. Esta festividade atua como um espaço-tempo de aglutinação de saberes e práticas ancestrais, contrapondo-se historicamente a ambientes marcados pelo apagamento identitário e pela hegemonia eurocêntrica através de um tecido plural de manifestações afro-brasileiras.

Dessa forma, o encontro pode ser um momento de resistência e fortalecimento da identidade das religiões de matriz africana, como aponta o entrevistado 1:

Estou indo pela segunda vez, e ainda não tenho opinião formada sobre o que achei do evento, porém, a importância do mesmo está ligada a uma forma de resistência de nossa fé que vem sendo oprimida desde a época de colonização, além de resistência o evento expressa uma certa pluralidade envolvida nos terreiros, barracões, etc., na nossa fé que ao mesmo tempo que é tão diversa, mas também, tão conjunta.

Dentro desse território de confluência, a diversidade cultural se manifesta de forma integrada. As Congadas expressam o catolicismo popular sincrético de forte matriz Bantu, encenando o cortejo, a coroação dos Reis de Congo e a devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, operando como uma das mais antigas estratégias de preservação de memórias familiares e territoriais no solo mineiro. Paralelamente, a Capoeira demarca o espaço público com o toque do berimbau e o ritmo de sua roda, sintetizando o jogo, a dança, a luta e a afirmação da autonomia física e cultural do negro contra a opressão histórica. O universo religioso se expande com o Candomblé, religião tradicional de matriz predominantemente iorubá e jeje-nagô que é estruturada em torno do culto aos Orixás dentro do espaço sagrado do terreiro e de seus barracões. A Umbanda, como religião genuinamente brasileira que promove o sincretismo entre o catolicismo, o espiritismo e as matrizes africanas e indígenas, faz-se presente por meio de seus pontos cantados e saudações a entidades como Pretos-Velhos e Caboclos. Somando-se a essa teia, a Kimbanda se manifesta através do culto a Exus e Pombagiras, entidades que atuam nas dinâmicas sociais e nas encruzilhadas do cotidiano, personificando forças de proteção e quebra de demandas negativas, combatendo as visões de preconceito que historicamente marginalizaram suas práticas.

À luz das discussões sobre patrimônio imaterial capitulados por autores da Geografia e das Ciências Sociais, as festas populares e os rituais são classificados como bens culturais vivos que balizam as vivências coletivas, organizam as práticas da vida social e operam como lugares de reprodução da memória. Zeny Rosendahl enfatiza que as festas religiosas cumprem uma função social de extrema relevância ao suspender o tempo profano do cotidiano do trabalho para inaugurar um tempo sagrado de partilha comunitária e reiteração de laços solidários.

Para as comunidades tradicionais de terreiro e coletivos culturais de Alfenas e região, o Encontro Cultural não é apenas um evento celebrativo, mas um mecanismo de visibilidade social crucial, uma vez que as práticas espaciais dessas comunidades exigiram, historicamente, estratégias de ocultamento ou camuflagem urbana para sobreviver à repressão e à intolerância religiosa. Quando ocupam as praças ou espaços institucionais da cidade com suas vestes, atabaques e cantos, essas populações promovem uma inversão territorial temporária, transformando o espaço público em um quilombo urbano de celebração da negritude.

Dessa forma, o evento cultural pode trazer vivências e sentimento de pertencimento como aponta o entrevistado 2 e 3:

“Vejo o evento como positivo para dar visibilidade às culturas de matrizes africanas em Alfenas. Ele ajuda a fortalecer o sentimento de pertencimento das comunidades, permite a transmissão de saberes e promove o diálogo com a sociedade em geral sobre a importância dessas tradições para a identidade local.”

“Acho ótimo, para nossa comunidade, mais sou a favor de mais eventos sem denominação de templo, apenas matrizes africanas para que todos possam estar participando e mostrando um pouco da sua doutrina.”

A despeito da riqueza cultural e histórica que sustenta a identidade de Alfenas, o território urbano frequentemente se apresenta como um ambiente hostil às manifestações de matriz africana. O racismo estrutural transpõe-se para a esfera do sagrado sob a forma de intolerância e racismo religioso, manifestados no cerceamento do uso dos espaços da natureza para as liturgias externas, no vandalismo contra símbolos sagrados e na depreciação verbal das práticas litúrgicas das comunidades. O Encontro Cultural ergue-se, portanto, como um bastão de resistência política e cultural, pois ao reunir em um mesmo espaço físico as lideranças de terreiro, os mestres de capoeira e os capitães de congada, o evento fortalece o sentimento de pertencimento e validação da fé ancestral. Essa celebração conjunta atua como uma barreira protetiva, transformando o terreiro isolado em uma rede de apoio mútuo que reivindica o direito constitucional à liberdade de culto e exige o respeito à alteridade. Dessa forma, orientada pelos pressupostos teóricos de Zeny Rosendahl e amparada na vivência prática de seus

realizadores, a festividade consolida-se como um patrimônio vivo insubstituível que salvaguarda expressões artísticas e espirituais contra o apagamento, inscrevendo definitivamente a marca indelével da cultura afro-brasileira na paisagem e no coração do Sul de Minas Gerais.



Figura 3, 4 e 5 - Apresentações durante a festividade - 1 e 2: apresentação de terreiro de candomblé; 3: Congada aos arredores da feira na praça Emílio da Silveira

Fonte: Acervo pessoal



Figura 6 e 7 - Estrutura do Encontro Cultural de Matrizes Africanas em Alfenas

Fonte: Acervo pessoal

No âmbito puramente cultural, o Encontro de Matrizes Africanas em Alfenas funciona como uma poderosa vitrine de salvaguarda e reativação da memória coletiva, operando o que os geógrafos e antropólogos chamam de patrimonialização viva. Longe de ser um museu estático ou uma mera representação folclórica para o olhar externo, o evento é um espaço de

transmissão de saberes que se dão pela oralidade, pela corporalidade e pela visualidade, elementos centrais da pedagogia ancestral africana e afro-brasileira.

Culturalmente, o encontro também promove o diálogo intergeracional, um pilar fundamental para que o patrimônio imaterial não se perca. É no espaço da festa que os mais velhos, os mestres, os zeladores de santo, os reis e rainhas do congo, transmitem os fundamentos, os mitos e as técnicas aos mais jovens. Essa dinâmica fortalece a identidade cultural local, gerando um profundo sentimento de orgulho e autoestima em uma juventude que, muitas vezes, cresce bombardeada por estereótipos racistas na mídia e nas estruturas escolares. Assim, o evento se consolida não apenas como um ato de preservação do passado, mas como uma produção cultural contemporânea e dinâmica, que reescreve a cartografia cultural do Sul de Minas Gerais a partir do protagonismo negro.

A resistência e a importância do Encontro Cultural de Matrizes Africanas em Alfenas residem justamente no fato de que o evento atua como uma fresta de visibilidade em um território urbano historicamente marcado pelo apagamento e pela tentativa de confinamento do sagrado afro-brasileiro ao espaço privado. As comunidades tradicionais de terreiro e as demais manifestações, como as congadas e a capoeira, utilizam a festividade para subverter, ainda que temporariamente, as lógicas coloniais e eurocêtricas que dominam a paisagem da cidade. Ao ocupar as praças, entoar cantos, tocar atabaques e vestir suas indumentárias rituais na esfera pública, essas populações promovem uma inversão territorial essencial para a afirmação de sua identidade, de sua autoestima coletiva e para a reivindicação do direito constitucional à cidade e à liberdade de culto.

Diante disso, a postura do poder público ou das instituições em liberar apenas uma única data anual para a realização desse evento configura uma forma velada e institucionalizada de segregação e racismo religioso. Limitar a manifestação da cultura afro-brasileira a um dia específico no calendário oficial, sob o pretexto de concessão ou tolerância, é uma tentativa de controlar e domesticar corpos e crenças. O espaço e o tempo urbano são direitos universais; portanto, confinar a memória e a ancestralidade negra a uma data estanque funciona como um mecanismo de "higienização cultural", que busca transmitir uma falsa imagem de pluralidade e pacificação social, enquanto ignora as



demandas cotidianas de terreiros que enfrentam perseguições ao longo de todo o ano.

Através desse fato, a postura do poder público recai sobre a fala do entrevistado 4, quando perguntado sobre as leis no município e as manifestações culturais:

O cumprimento de leis mais rigidamente, pois já existem leis que asseguram a prática religiosa das mais diversas crenças, porém, o que tem deixado a desejar e nos momentos de execução das mesmas, pois, denúncias existem, e da mesma forma que serve para qualquer outra crença, para a nossa também deveria ser tratado com seriedade. Sobre as dificuldades, infelizmente existentes, devo admitir que o preconceito religioso ainda é muito estruturado, o que acaba refletindo no medo de nós praticarmos nossa fé, pois o nosso sagrado sempre é demonizado na boca do outro, porém, a ausência de políticas rígidas em relação a intolerância religiosa, faz com que pessoas de outras crenças, agirem de forma intolerante e não ter nenhuma punição.

Esse cenário de violência institucional torna-se ainda mais evidente quando se ignora, proíbe ou marginaliza a realização da "Marcha com Exu". Dentro da cosmologia das religiões de matriz africana, especialmente no Candomblé, na Umbanda e na Kimbanda, Exu é o princípio do movimento, da comunicação, da transformação e o guardião das encruzilhadas, sendo obrigatoriamente o primeiro a ser reverenciado para que qualquer ritual ou dinâmica social prospere. O preconceito que recai sobre essa divindade, fruto de uma demonização histórica promovida por lógicas judaico-cristãs e coloniais, é utilizado como justificativa para cercear sua presença nas ruas. Vetar ou invisibilizar a Marcha com Exu, permitindo apenas expressões consideradas mais "palatáveis" ou sincréticas ao olhar ocidental, é uma tentativa de ditar como os povos tradicionais devem cultuar seus ancestrais. A verdadeira resistência da festividade em Alfenas só se faz plena quando se assegura o direito de manifestar a totalidade de sua fé, ocupando as ruas com todas as suas forças espirituais sem a necessidade de máscaras ou concessões.

Conclusões ou Considerações Finais

A investigação das dinâmicas espaciais e das narrativas colhidas junto às comunidades tradicionais de terreiro em Alfenas permite concluir que o espaço



religioso é um território de disputa contínua, onde a fé e a identidade das minorias étnico-raciais operam como vetores de resistência geográfica. O Encontro Cultural de Matrizes Africanas de Alfenas, quando analisado à luz dos pressupostos de Zeny Rosendahl, revela-se muito superior a um evento festivo ou folclórico; ele constitui-se como uma fresta de visibilidade em um tecido urbano historicamente marcado por lógicas eurocêntricas e pelo confinamento do sagrado afro-brasileiro à esfera privada. Ao ocupar praças e eixos institucionais com indumentárias, atabaques e cânticos, o povo de santo promove uma inversão territorial que devolve o protagonismo histórico à herança negra estruturante do Sul de Minas Gerais.

Contudo, os resultados obtidos por meio do levantamento empírico expõem com crueza os limites e as contradições da atuação do poder público local. A concessão estanque de uma única data anual no calendário oficial configura uma política de "tolerância higienizada" que visa simular uma pluralidade democrática enquanto mascara a inércia estatal diante do cotidiano de perseguições. Essa violência institucional e o racismo religioso tornam-se ainda mais nítidos na sistemática tentativa de marginalização da Marcha com Exu. A demonização histórica dessa divindade, herdada de binarismos coloniais, é instrumentalizada para ditar quais manifestações são aceitáveis no espaço urbano, cerceando a totalidade litúrgica e a cosmologia das religiões de matriz africana.

Os relatos dos entrevistados apontam para um cenário de desamparo e impunidade, onde denúncias de ataques a terreiros e episódios de difamação virtual, como o verificado em janeiro de 2026 com o uso nocivo de Inteligência Artificial, esbarram na burocracia e no descaso das instâncias de segurança e fiscalização. A ocupação pacífica da Câmara Municipal e os atos na antiga rodoviária foram respostas legítimas de tensionamento que evidenciam a coragem e a organização dos povos de terreiro, mas que exigem contrapartidas concretas do Estado que superem o silenciamento cínico.

Em suma, a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em Alfenas não pode ficar restrita ao plano abstrato das leis ou ao espaço temporal de um único dia de celebração. O combate ao racismo religioso exige uma transição imediata para políticas públicas perenes e estruturantes. Faz-se urgente o cumprimento



rigoroso dos dispositivos legais protetivos, o mapeamento e certificação dos terreiros para respaldo jurídico, a criação de canais centralizados de denúncia, a instituição de delegacias especializadas e a inclusão da diversidade religiosa no currículo escolar para desconstruir o preconceito desde a infância. A emancipação espacial e a justiça social para as comunidades de matriz africana em Alfenas só se consolidarão quando o direito à cidade, a segurança dos espaços sagrados na natureza e a plena liberdade de culto forem garantidos de forma irrestrita, contínua e soberana em todos os dias do ano.

Referências

GÓIS, Aurino. A geografia religiosa dos terreiros de candomblé de Contagem, Minas Gerais. *Interações*, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 348-361, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2013v8n14p348>. Acesso em: 10 maio 2026.

RUFINO, L.; MIRANDA, M.S. Racismo religioso: política, terrorismo e trauma colonial. outras leituras sobre o problema. *Problemata - Revista Internacional De Filosofia*, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7443/problemata.v10i2.49125>.

BASTIDE, Roger. **As religiões afro-brasileiras**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BROWN, Diana DeG. **Umbanda**: religião e política em uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda**: uma religião brasileira. São Paulo: Madras, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 3. ed. rev. São Paulo: Global, 2017.

LUI, Janayna. **Das heranças coloniais aos ataques neopentecostais**: a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana no Brasil. São Paulo: Paulus, 2007.



ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Trilhas do sagrado**: associações espaciais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Caminhos da alma**: memória afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2002.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2006.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. **Iniciação à Umbanda**. Rio de Janeiro: Eco, 1986.